



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL N.º 156/2017

JOÃO ALBINO RAINHO ATAÍDE DAS NEVES, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz:

Torna Público, que, em reunião ordinária desta Câmara Municipal, de 25 de outubro corrente, foi deliberado que:

Delegar no Presidente da Câmara as competências relativas às matérias que abaixo se indicam, reguladas pela legislação que também se refere, com possibilidade de subdelegação em qualquer dos Vereadores:

I – REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

Nos termos das respetivas alíneas do artigo 33.º:

- d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
- f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;
- h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
- l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
- q) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

- r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
- w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
- bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
- cc) Alienar bens móveis;
- dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
- ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- ii) Proceder à captura, alojamento e abate de cães e gatos;



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

- jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais;
- nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
- pp) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;
- qq) Administrar o domínio público municipal;
- rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
- uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
- ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
- xx) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;
- yy) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
- zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
- bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado;

Nos termos do artigo 39.º:



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;

c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros.

II – REGIME JURÍDICO RELATIVO À REALIZAÇÃO DESPESAS PÚBLICAS (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua versão atualizada)

Nos termos do n.º 2, do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, delegar no presidente a competência para autorizar despesas até ao limite de 748.196,85€; (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos);

III – REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO (aprovado pelo DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro e alterado pela Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto, delegar as seguintes competências:

Nos termos do artigo 5.º - Concessão de licenças administrativas para as seguintes operações urbanísticas previstas no n.º 2, do art. 4.º:

a) As operações de loteamento;

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;

d) As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;

e) Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;

f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

h) As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial;

i) Operações urbanísticas das quais resulte a remoção de azulejos de fachada, independentemente da sua confrontação com a via pública ou logradouros;

j) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.

Nos termos do artigo 5.º - Aprovação da informação prévia regulada nos artigos 14.º e 17.º;

Certificar, para efeitos de registo predial de parcela destacada, em conformidade com o n.º 9, do artigo 6.º;

Emitir certidões, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º;

Estabelecer as condições de ocupação da via pública por motivo de execução de obras, nos termos do artigo 57.º;

Fixar o prazo de execução da obra, nos termos do artigo 58.º;

Fixar o prazo, por motivo devidamente fundamentado, para a execução faseada da obra, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 59.º;

Autorizar o pagamento fracionado de taxas, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 117.º;

IV - Competências no âmbito da manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, reguladas no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, com as alterações posteriores;

V - As competências relativas ao licenciamento do exercício de Actividades Diversas previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua atual redação;

VI - As competências da câmara municipal em matéria de Regulamento Geral do Ruído, nomeadamente na emissão das licenças especiais de ruído e na fiscalização do cumprimento das



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

normas constantes do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação atualizada;

VII - As competências de licenciamento no que respeita às Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis, designadamente as previstas no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, 26 de novembro, na sua versão atualizada;

VIII - As competências da Câmara Municipal previstas no Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto (na sua versão atualizada), que criou o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema;”

PARA CONSTAR se publica o presente EDITAL e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

Paços do Município da Figueira da Foz, 26 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



- João Ataíde -



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL N.º 156/2017

JOÃO ALBINO RAINHO ATAÍDE DAS NEVES, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz:

Torna Público, que, em reunião ordinária desta Câmara Municipal, de 25 de outubro corrente, foi deliberado que:

Delegar no Presidente da Câmara as competências relativas às matérias que abaixo se indicam, reguladas pela legislação que também se refere, com possibilidade de subdelegação em qualquer dos Vereadores:

I – REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

Nos termos das respetivas alíneas do artigo 33.º:

- d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
- f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;
- h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
- l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
- q) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

- r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
- w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
- bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
- cc) Alienar bens móveis;
- dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
- ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- ii) Proceder à captura, alojamento e abate de cães e gatos;



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

- jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais;
- nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
- pp) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;
- qq) Administrar o domínio público municipal;
- rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
- uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
- ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
- xx) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;
- yy) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
- zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
- bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado;

Nos termos do artigo 39.º:



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;

c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros.

II – REGIME JURÍDICO RELATIVO À REALIZAÇÃO DESPESAS PÚBLICAS (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua versão atualizada)

Nos termos do n.º 2, do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, delegar no presidente a competência para autorizar despesas até ao limite de 748.196,85€; (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos);

III – REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO (aprovado pelo DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro e alterado pela Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto, delegar as seguintes competências:

Nos termos do artigo 5.º - Concessão de licenças administrativas para as seguintes operações urbanísticas previstas no n.º 2, do art. 4.º:

a) As operações de loteamento;

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;

d) As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;

e) Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;

f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

h) As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial;

i) Operações urbanísticas das quais resulte a remoção de azulejos de fachada, independentemente da sua confrontação com a via pública ou logradouros;

j) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.

Nos termos do artigo 5.º - Aprovação da informação prévia regulada nos artigos 14.º e 17.º;

Certificar, para efeitos de registo predial de parcela destacada, em conformidade com o n.º 9, do artigo 6.º;

Emitir certidões, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º;

Estabelecer as condições de ocupação da via pública por motivo de execução de obras, nos termos do artigo 57.º;

Fixar o prazo de execução da obra, nos termos do artigo 58.º;

Fixar o prazo, por motivo devidamente fundamentado, para a execução faseada da obra, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 59.º;

Autorizar o pagamento fracionado de taxas, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 117.º;

IV - Competências no âmbito da manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, reguladas no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, com as alterações posteriores;

V - As competências relativas ao licenciamento do exercício de Actividades Diversas previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua atual redação;

VI - As competências da câmara municipal em matéria de Regulamento Geral do Ruído, nomeadamente na emissão das licenças especiais de ruído e na fiscalização do cumprimento das



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

normas constantes do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação atualizada;

VII - As competências de licenciamento no que respeita às Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis, designadamente as previstas no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, 26 de novembro, na sua versão atualizada;

VIII - As competências da Câmara Municipal previstas no Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto (na sua versão atualizada), que criou o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema;”

PARA CONSTAR se publica o presente EDITAL e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

Paços do Município da Figueira da Foz, 26 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



- João Ataíde -